

COVID-19

Politécnico empresta computadores a alunos

APOIO O Politécnico de Castelo Branco vai emprestar computadores aos seus alunos. A medida pretende apoiar os estudantes que não têm meios informáticos.



O presidente do IPCB anunciou o empréstimo de computadores

João Carrega
joao.carrega@reconquista.pt

O **Instituto** Politécnico de Castelo Branco (IPCB) anunciou que vai emprestar equipamentos informáticos aos alunos que necessitem. Para tal basta formalizarem o pedido às direções das escolas, para que este seja analisado e validado.

António Fernandes, presidente do IPCB, refere que o processo passará por cada uma das "escolas, as quais conhecem melhor os alunos e aquilo que eles precisam". Os computadores a emprestar fazem parte do parque informático da instituição. "Falamos de portáteis, mas também de

PC normais de secretária", esclarece.

Esta é uma das medidas de apoio aos estudantes neste período que o país atravessa devido à pandemia Covid-19.

O IPCB é uma das instituições que tem implementado aulas a distância, pelo que o empréstimo de equipamentos informáticos poderá ser útil para alunos que não os possuam. Quanto à forma como vai decorrer o segundo semestre, e embora não haja decisão do Governo sobre essa matéria, António Fernandes mantém em aberto, através de um despacho interno, a possibilidade do ensino a distância se manter em funcionamento. Mes-

mo que a decisão da tutela permita aulas presenciais, os professores do Instituto Politécnico de Castelo Branco poderão optar pelas aulas virtuais.

APOIOS Além deste apoio, o Politécnico albacense disponibiliza outras ajudas aos estudantes. Uma dessas medidas passou pelo alargamento do prazo para o pagamento de propinas, pelo período de dois meses. Desta forma, os alunos poderão pagar a prestação da propina, prevista para março, apenas no mês de maio e assim sucessivamente, relativamente às restantes prestações.

Esta decisão abrange to-

dos os Cursos Técnicos Superiores Profissionais (CTeSP), Licenciaturas e Mestrados e "insere-se no esforço coletivo que o IPCB está a fazer, implementando diferentes ações, como a substituição de aulas e atividades presenciais por meios alternativos de ensino a distância e a realização de teletrabalho".

De acordo com o presidente do IPCB, pretende-se "garantir que todos os estudantes possuam condições para prosseguir os seus estudos superiores, num período particularmente difícil em que se perspetivam eventuais novas dificuldades económicas para as famílias". António

Fernandes, adianta que "para além do alargamento do prazo para pagamento de propinas, os estudantes não bolseiros alojados que regressaram a casa pagarão a tarifa de bolseiro".

O presidente do Politécnico acrescenta que "ao nível das refeições, o IPCB mantém dois refeitórios a funcionar em regime de take away". A um outro nível, o Gabinete de Apoio Psicológico presta também apoio aos alunos.

SAÚDE A acrescentar às medidas internas, o Politécnico de Castelo Branco tem vindo a adotar uma postura solidária perante a comunidade. Através da Escola Su-

perior de Saúde Dr. Lopes Dias, está a contribuir com "material clínico diverso disponível para aumentar a capacidade de resposta da Unidade Local de Saúde de Castelo Branco".

O programa "ESALD Solidária" prevê a cedência de material de uso descartável e de proteção individual e a utilização de equipamentos dos laboratórios da escola. Em nota enviada ao Reconquista, o Politécnico adianta que "serão ainda disponibilizados equipamentos da Unidade de Investigação e Desenvolvimento do IPCB 'Qualidade de Vida no Mundo Rural', adquiridos no âmbito dos seus programas de investigação".

AULAS NO 3º PERÍODO?

O dilema das escolas em tempo de pandemia

João Carrega
joao.carrega@reconquista.pt

Em abril as escolas ainda não devem abrir. Pelo menos foi isso que o Presidente da República transmitiu, esta terça-feira, no final de uma reunião técnica sobre a "Situação epidemiológica da Covid-19 em Portugal", no Infarmed, em Lisboa.

Mas a dúvida de como se irá processar o terceiro e último período, ou se se irá realizar, mantém-se. O Primeiro Ministro tem previsto comunicar, esta quinta-feira, dia 9 de abril, uma decisão sobre a matéria. Se é ou não a definitiva não se sabe. A certeza, segundo Marcelo Rebelo de Sousa, é que em abril as escolas não irão abrir. "É o senhor primeiro-ministro que o dirá no dia 9 de abril, mas daquilo que disseram os especialistas, é ganhar em abril o mês de maio, portanto, é manter este esforço em abril", disse aos jornalistas. Por outras palavras, o recolher e o isolamento social devem manter-se, pelo menos, até ao final do mês.

A abertura das escolas no



3º período, a realização de atividades letivas a distância ou pura e simplesmente o encerramento do ano escolar com o final do segundo período, são hipóteses. Mas a equação é muito complexa e tem muitos eixos. Não é fácil. E o calendário escolar diz-nos que terça-feira tem início o último período letivo.

A Direção Geral da Educação já fez chegar às escolas o Roteiro com Princípios de Implementação do Ensino a Distância nas Escolas, criados pela Microsoft e pela Google que apoiarão a implementação tecnológica de instrumentos digitais de trabalho, caso tenham optado por uma destas duas soluções; e o Roteiro com

Princípios de Implementação do Ensino a Distância nas Escolas.

Com efeito, o ensino a distância e o recurso à televisão, numa espécie de Tele-Escola mais moderna tem vindo a ser estudada pelo Governo. O Ministro da Educação, Tiago Brandão Rodrigues, disse isso mesmo: "Como não era possível chegar a todos os alunos através dos meios mais tecnológicos, vamos poder fazê-lo pelos meios mais tradicionais, enquanto estiverem suspensas as aulas presenciais nas escolas devido à pandemia". À primeira vista pode pensar-se que será uma boa solução. Contudo, há um conjunto de fatores a ter em conta:

- O acesso a meios infor-

máticos - nem todos os alunos tem computador nem ligação à internet. Entre aqueles que o têm, há uma grande percentagem que tem os pais em teletrabalho, ou seja o computador está a ser utilizado para o trabalho dos pais. Há também quem tenha mais que um filho em idade escolar (afinal quem tem prioridade?). Poucas famílias terão um computador por membro do seu agregado; Pressupõe-se ainda que os professores tenham computador e sejam obrigados a disponibilizá-lo para estas tarefas letivas, bem como o acesso, das suas casas, à internet. E aqueles que não têm? E o casal, ambos professores, só com um computador? O parque tecnológico da maioria das escolas está obsoleto e não há computadores para disponibilizar a todos os professores.

- A iliteracia de docentes e alunos no que respeita ao uso das novas tecnologias em contexto educativo. A classe docente não é nova, pouco tem sido o seu rejuvenescimento, e pode haver

dificuldades, exageros, inatividade.

- A mesma escola que sempre foi resistente ao uso, por exemplo, de dispositivos móveis em contexto educativo, proibindo sua utilização, é a mesma que recebe indicações da Direção Geral de Educação, para recorrer a esses mesmos instrumentos, com sugestões de contacto pelo "What-sApp e outras aplicações semelhantes".

- O regresso do ensino pela televisão também coloca aos docentes, pais e alunos muitas dúvidas. Como coordenar horários para tantas disciplinas numa grelha televisiva? Em que parte da matéria estão as diferentes turmas (não estarão todas no mesmo sítio). Como vai o professor de cada disciplina acompanhar os alunos? A distância? Isso leva-nos às questões dos pontos anteriores.

O regresso às aulas presenciais, em maio, foi também já veiculada pela tutela. O próprio Primeiro Ministro disse que o dia 4 de maio seria a data limite para o regresso às aulas presenciais,

isto é para a abertura das escolas, pelo menos para o ensino secundário. Também aqui se levanta a questão do distanciamento entre alunos e professores dentro da sala de aulas, quando muitas turmas têm 30 alunos e o espaço é coisa que falta na sala. Há que refazer horários, redistribuir professores pelas turmas (quais professores?).

O mais importante é a segurança na saúde. As escolas, pais e alunos estão apreensivos e não querem arriscar. Há ainda a questão do acesso ao ensino superior, onde se exige bom senso e justiça, nem que o calendário de candidaturas seja adiado para setembro.

Certamente que esta quinta-feira algumas destas dúvidas serão dissipadas e outras se levantarão. Importa, no meio desta guerra que todos estamos a travar contra a Covid-19, garantir que não haja injustiças. E se o ano letivo tiver mesmo que acabar aqui, que ninguém fique para trás, pois falta apenas um mês e meio de aulas para acabar.